



Banrisul

Tecnologia: Segurança, Infra e Operação

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; reconhecimento de tipos e gêneros textuais	1
Domínio da ortografia oficial	16
Domínio dos mecanismos de coesão textual	21
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; substituição de palavras ou de trechos de texto	29
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	31
Emprego de tempos e modos verbais	39
Domínio da estrutura morfossintática do período; emprego das classes de palavras. Colocação dos pronomes átonos	50
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	64
Emprego dos sinais de pontuação	72
Concordância verbal e nominal	83
Regência verbal e nominal	90
Emprego do sinal indicativo de crase	97
Reescrita de frases e parágrafos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	101
Significação das palavras	107
Redação oficial, conforme manual de redação da presidência da república	114
Questões	129
Gabarito	136

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos escritos em língua inglesa	1
Itens gramaticais relevantes para o entendimento dos sentidos dos textos	4
Questões	6
Gabarito	13

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Razões e proporções. Divisão proporcional.....	1
Regras de três simples e compostas	7
Compreensão de estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências. Leis de de Morgan	9
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	15
Diagramas lógicos.....	20
Lógica de primeira ordem.....	23
Princípios de contagem e probabilidade	25
Operações com conjuntos.....	32
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	39
Questões	43
Gabarito.....	53

LEGISLAÇÃO

Política nacional para as mulheres.....	1
Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres	1
Estatuto nacional da igualdade racial — lei federal nº 12.288/2010	12
Estatuto estadual da igualdade racial — lei estadual nº 13.694/2011.....	23
Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais)	27
Questões	51
Gabarito.....	57

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Segurança da informação: aspectos da classificação das informações, segurança de ambientes físicos e lógicos, controles de acesso; gestão de políticas de segurança....	1
Algoritmos de criptografia simétrica, assimétrica e hash; certificação digital; infraestrutura de chaves públicas.....	9
Segurança em redes de computadores e técnicas de ataque cibernético, resposta a incidentes, resiliência cibernética; firewalls , ids, ips, proxies , nat e vpn; spoofing , flood , ddos, phishing ; malwares; adware , spyware , backdoors , keylogger , worms , ransomware.....	15
Infraestrutura de redes : redes de computadores. Gerenciamento de redes tcp/ip. Arquitetura de gerenciamento, smi, snmp e mib. Redes locais e de longa distância. Mpls. Redes cabeadas, redes sem fio: padrões 802.11, Protocolos 802.1x, eap, wep, wpa e wpa2. Conceitos básicos de routing e switching	23



Sistemas operacionais: sistemas operacionais: fundamentos; gestão de processos-gestão de memória; gestão de entrada e saída; instalação, configuração e administração de sistemas operacionais windows server 2019 ou superior e redhat enterprise linux versões 8 ou superior.....	30
Serviços de diretório: active directory e ldap; interoperabilidade	39
Servidores : servidores de aplicação: conceitos básicos; noções de administração; topologia típica de ambientes com alta disponibilidade e escalabilidade; balanceamento de carga, fail-over e replicação de estado; técnicas para detecção de problemas e otimização de desempenho.....	42
Armazenamento : armazenamento: serviços de armazenamento, padrões de disco e de interfaces; raid; tecnologias de armazenamento nas e san; tecnologias de backup	49
Computação em nuvem: cloud computing ; virtualização. Containerização de aplicações e devsecops.....	58
Questões	62
Gabarito.....	70

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para quem se prepara para concursos públicos, exames escolares ou qualquer prova que envolva Língua Portuguesa. Dominar essas competências pode ser o diferencial entre uma boa e uma excelente pontuação, especialmente em provas que cobram interpretação textual de forma intensa e minuciosa.

Mas qual é a verdadeira diferença entre compreensão e interpretação? Muitas vezes, esses dois conceitos são tratados como sinônimos, mas possuem diferenças importantes. A compreensão envolve a habilidade de entender o que o texto expressa de maneira clara e direta, ou seja, aquilo que está explícito na superfície das palavras. É a capacidade de captar o significado literal das frases, ideias e argumentos apresentados pelo autor. Já a interpretação vai além: é a habilidade de ler nas entrelinhas, de inferir significados ocultos e de construir sentidos que não estão evidentes no texto, mas que podem ser deduzidos a partir do contexto, dos detalhes e da experiência do leitor.

Desenvolver a habilidade de compreender e interpretar textos é uma tarefa que exige prática e dedicação. Ao longo deste estudo, exploraremos as diferenças entre compreensão e interpretação, os tipos de linguagem que influenciam a interpretação textual e o conceito de intertextualidade, que é quando um texto se relaciona com outro para construir novos significados. Esses conhecimentos são essenciais para uma leitura mais aprofundada e para uma interpretação mais assertiva dos textos que aparecem em provas de concursos e avaliações em geral.

— Diferença entre Compreensão e Interpretação

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a interpretação envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.



No contexto do aprendizado de inglês como língua estrangeira, a leitura desempenha um papel vital na aquisição de novas informações, no desenvolvimento de vocabulário e na compreensão geral da língua. O uso eficaz de estratégias de leitura pode melhorar significativamente a compreensão e a fluência em inglês.

— **Leitura Predominante (Previewing)**

Previewing envolve a exploração preliminar de um texto antes de uma leitura detalhada. Esta estratégia permite ao leitor obter uma ideia geral sobre o conteúdo e a estrutura do texto.

Vantagens

- Ajuda a ativar o conhecimento prévio.
- Facilita a identificação de tópicos principais.
- Reduz a ansiedade sobre a compreensão do texto completo.

— **Inferência**

Inferir é a habilidade de ler nas entrelinhas, ou seja, entender informações que não são explicitamente mencionadas no texto. Esta estratégia exige que o leitor use pistas contextuais e seu conhecimento prévio.

Vantagens

- Melhora a compreensão profunda do texto.
- Desenvolve habilidades críticas de pensamento.
- Aumenta a capacidade de interpretação e análise.

— **Previsão (Predicting)**

A previsão envolve adivinhar o que virá a seguir no texto com base nas informações já fornecidas. Esta estratégia mantém o leitor engajado e concentrado.

Vantagens

- Mantém o leitor envolvido ativamente com o texto.
- Melhora a capacidade de fazer conexões lógicas.
- Auxilia na retenção de informações.

— **Releitura (Rereading)**

Releitura é a prática de ler um texto mais de uma vez para uma compreensão mais profunda. Pode ser focada em partes específicas do texto que foram difíceis de entender na primeira leitura.

Vantagens

- Aprofunda a compreensão.
- Ajuda na retenção de detalhes específicos.
- Facilita a memorização de novas palavras e expressões.



Raciocínio Lógico

Frequentemente nos deparamos com situações em que é necessário comparar grandezas, medir variações e entender como determinadas quantidades se relacionam entre si. Para isso, utilizamos os conceitos de razão e proporção, que permitem expressar de maneira simples e eficiente essas relações.

RAZÃO

A razão é uma maneira de comparar duas grandezas por meio de uma divisão. Se temos dois números a e b (com $b \neq 0$), a razão entre eles é expressa por a/b ou $a:b$. Este conceito é utilizado para medir a relação entre dois valores em diversas situações, como a comparação entre homens e mulheres em uma sala, a relação entre distâncias percorridas e tempo, entre outros.

Exemplo:

Em uma sala de aula há 20 rapazes e 25 moças. A razão entre o número de rapazes e moças é dada por:

$$\frac{20}{25} = \frac{4}{5}$$

Portanto, a razão é 4:5.

Razões Especiais

Algumas razões são usadas em situações práticas para expressar comparações específicas:

– **Velocidade Média:** A razão entre a distância percorrida e o tempo gasto, representada por:

$$\text{Velocidade Média} = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

– **Densidade Demográfica:** A razão entre o número de habitantes e a área de uma região, dada por:

$$\text{Densidade Demográfica} = \frac{\text{População}}{\text{Área (km}^2\text{)}}$$

– **Escala:** Usada para representar a proporção entre o tamanho real de um objeto e sua representação em um mapa ou desenho, como:

$$\text{Escala} = \frac{\text{Tamanho no mapa}}{\text{Tamanho real}}$$

PROPORÇÃO

Uma proporção é uma igualdade entre duas razões. Se temos duas razões A/B e C/D , dizemos que elas estão em proporção se:

$$\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$$

Esse conceito é frequentemente utilizado para resolver problemas em que duas ou mais relações entre grandezas são iguais. A propriedade fundamental das proporções é que o produto dos extremos é igual ao produto dos meios, ou seja:

$$A \times D = B \times C$$



POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Apresentação

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher. O PNPM possui como um de seus eixos o enfrentamento à violência contra a mulher, que por sua vez, define como objetivo a criação de uma Política Nacional. Vale notar que a questão do enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher foi mantida como um eixo temático na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007.

A Política Nacional encontra-se, também, em consonância com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).

Assim, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com o objetivo de explicitar os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à questão e as políticas públicas que têm sido formuladas e executadas - desde a criação da SPM em janeiro de 2003 - para a prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência.

1.Contextualizando a violência contra as mulheres no Brasil

1.1. Dados sobre violência

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Apesar de ser um fenômeno que atinge grande parte das mulheres em diferentes partes do mundo, dados e estatísticas sobre a dimensão do problema ainda são bastante escassos e esparsos.

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares. A violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças. Faz-se necessário, portanto, que o Estado brasileiro adote políticas de caráter universal, acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais ela se expressa. Nessa perspectiva, devem ser também consideradas as ações de combate ao tráfico de mulheres, jovens e meninas.



► **Classificação das Informações**

A classificação das informações é um dos pilares da segurança da informação, pois garante que dados sensíveis sejam protegidos conforme seu nível de confidencialidade, criticidade e impacto na organização. Ao definir categorias de acesso e segurança para diferentes tipos de informações, as empresas podem evitar vazamentos, acessos indevidos e uso inadequado de dados. Além disso, essa prática é essencial para atender às regulamentações de proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) na União Europeia e a norma ISO/IEC 27001, que estabelece padrões internacionais de segurança da informação.

A classificação das informações permite que empresas e órgãos públicos determinem quais dados devem ser acessíveis a diferentes níveis de usuários, garantindo que somente pessoas autorizadas possam visualizar, modificar ou compartilhar determinadas informações. Além da proteção contra ameaças externas, essa abordagem reduz riscos internos, como erros operacionais e acessos indevidos por funcionários ou prestadores de serviço.

► **Categorização das Informações: Níveis de Classificação**

A classificação de informações é baseada em critérios de confidencialidade, integridade e disponibilidade (CID), levando em consideração o impacto da exposição ou comprometimento dos dados. Embora os critérios possam variar entre organizações, um modelo amplamente adotado inclui quatro níveis principais de classificação:

Informação Pública:

São dados que **não apresentam riscos de segurança caso sejam divulgados** e podem ser acessados por qualquer pessoa, sem necessidade de restrição.

Exemplo: informações institucionais em sites públicos, relatórios de transparência, contatos para atendimento ao público.

Informação Interna:

São dados de uso interno da organização, mas que **não possuem impacto significativo caso vazem**. Seu acesso é restrito a colaboradores e parceiros autorizados.

Exemplo: comunicados internos, manuais de processos administrativos, cronogramas de trabalho.

Informação Restrita ou Confidencial:

São dados cujo **acesso deve ser limitado a determinados setores ou cargos**, pois sua divulgação indevida pode causar impactos financeiros, estratégicos ou operacionais à organização.

Exemplo: contratos empresariais, estratégias de mercado, credenciais de acesso interno.

Informação Sensível ou Secreta:

São informações altamente sigilosas, cujo vazamento pode gerar danos graves à organização, seus clientes ou parceiros. Seu acesso deve ser controlado de forma rigorosa.

Exemplo: dados financeiros estratégicos, registros de clientes protegidos pela LGPD, segredos comerciais, senhas de acesso a sistemas críticos.

Cada organização deve adaptar essa estrutura conforme suas necessidades e regulamentações específicas, garantindo que as informações sejam armazenadas, processadas e transmitidas de maneira segura.